



CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **06**:

Brasil precisa abraçar a velhice

O Brasil não escapa à urgência de aceitar-se velho. Projeções recentes do IBGE deixam evidente que, se não começar a se ajustar agora à nova configuração etária que se molda de forma acelerada, o país corre o risco de ver estruturas sociais debilitadas colapsarem. Até 2030 — ou seja, em menos de cinco anos —, o Brasil terá mais idosos do que crianças. Pouco tempo depois, em 2046, os 60 formarão a maior fatia populacional do país, chegando a 28%, quase o dobro do percentual atual.

Viver e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, sem dúvidas, um desafio. E não faltam sinais de que o Brasil resiste a enfrentar a “verdade das coisas”. No campo da saúde, a falta de profissionais especializados é gritante. A estimativa do Conselho Federal de Medicina é de que seriam necessários mais 29 mil geriatras para dar suporte à atual população idosa conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) — hoje são apenas 2.670 profissionais, contra 48.650 pediatras.

Pratica-se também no Brasil violência contra os idosos, em todas as suas formas. Em 2023, foram registradas 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Considerando o fato de que os filhos são os principais agressores, ao menos a metade deles, é razoável afirmar que o número real de vítimas é muito maior.

Não está velado, porém, que a maioria das vítimas é mulher e que os crimes envolvem de negligência a violência psicológica, passando por abusos físicos e financeiros. Diante de um compilado tão diverso de agressões, a adequação das estruturas de segurança e de suporte às vítimas deve ser prioridade. Delegacias especializadas, agentes qualificados e refúgio aos vulneráveis — quase sempre pessoas que também sofrem com a autonomia comprometida — estão entre as demandas de agora.

Há ainda que se adaptar o sistema previdenciário, o mercado de trabalho, as estruturas das cidades, os acessos a lazer e cultura. Tudo isso considerando as especificidades de um país diverso e continental: os idosos que vivem hoje em favelas, como as fluminenses, têm dificuldades de chegar aos serviços do Estado que não sobem o morro, por exemplo. Abraçar a velhice exige do Brasil planejamento e, sobretudo, ação. O país, infelizmente, tem perdido a oportunidade de usufruir da longevidade conquistada de uma forma mais justa e sustentável.

(Editorial, 29.04.2025. Disponível em:
<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio>. Adaptado)

01. As informações do texto permitem concluir que

- (A) o Brasil consegue administrar satisfatoriamente o cuidado com a velhice, ainda que sua diversidade e sua proporção continental possam dificultar as ações.
- (B) os idosos brasileiros vivem expostos à violência e à carência de serviços, havendo uma preocupação com o cenário que poderá surgir em um futuro próximo.
- (C) a atenção à pessoa idosa no Brasil atende às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), já que o país conta hoje com 48.650 profissionais da área.
- (D) os idosos brasileiros têm enfrentado a questão da violência doméstica, porém acredita-se que o número de casos de agressão física ou psicológica esteja diminuindo.
- (E) a principal demanda dos idosos brasileiros está relacionada a questões financeiras, das quais decorrem as brigas com os filhos e a impossibilidade de manter autocuidados.

02. No título do texto, “Brasil precisa **abraçar** a velhice”, o verbo destacado está empregado em sentido figurado, da mesma forma que o verbo destacado em:

- (A) Pouco tempo depois, em 2046, os 60 **formarão** a maior fatia populacional do país... (1º parágrafo)
- (B) **Viver** e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, sem dúvidas, um desafio. (2º parágrafo)
- (C) **Pratica-se** também no Brasil violência contra os idosos, em todas as suas formas. (3º parágrafo)
- (D) ... quase sempre pessoas que também **sofrem** com a autonomia comprometida... (4º parágrafo)
- (E) ... os idosos [...] têm dificuldades de chegar aos serviços do Estado que não **sobem** o morro... (5º parágrafo)

03. Considere as passagens a seguir:

- Até 2030 — **ou seja, em menos de cinco anos** —, o Brasil terá mais idosos do que crianças. (1º parágrafo)
- Viver e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, **sem dúvidas**, um desafio. (2º parágrafo)
- **Há ainda que** se adaptar o sistema previdenciário, o mercado de trabalho, as estruturas das cidades, os acessos a lazer e cultura. (5º parágrafo)

Na organização das informações textuais, as passagens destacadas expressam, correta e respectivamente, ideias de

- (A) detalhamento; incerteza; probabilidade.
- (B) exclusão; incerteza; possibilidade.
- (C) explicação; afirmação; necessidade.
- (D) exclusão; afirmação; necessidade.
- (E) explicação; justificativa; possibilidade.

04. Considere as passagens a seguir:

- ... o país corre o risco de ver estruturas sociais debilitadas **colapsarem**. (1º parágrafo)
- Viver e fazer planos em um país **majoritariamente** idoso será, sem dúvidas, um desafio. (2º parágrafo)
- Não está **velado**, porém, que a maioria das vítimas é mulher e que os crimes envolvem de **negligência** a violência psicológica... (4º parágrafo)

Conforme o contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente,

- (A) ruírem; excepcionalmente; demonstrado; desatenção.
- (B) arruinarem-se; preponderantemente; ocultado; incúria.
- (C) regredirem; principalmente; pressuposto; desmazelo.
- (D) estabilizarem-se; eventualmente; implícito; agressão.
- (E) despencarem; prevalecentemente; determinado; ofensa.

05. Sem prejuízo ao sentido original e à norma-padrão, a frase “Em 2023, foram registradas 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.” (3º parágrafo) está corretamente reescrita em:

- (A) Em 2023, registrou-se 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, haja vista dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (B) Em 2023, tinham registrado 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, de acordo os dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (C) Em 2023, registraram-se 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, consoante dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (D) Em 2023, tinha-se registrado 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, conforme dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (E) Em 2023, foram registrado 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, com base em dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

06. O termo destacado estabelece relação de sentido de oposição em:

- (A) ... **se** não começar a se ajustar agora à nova configuração etária que se molda de forma acelerada, o país corre o risco de ver estruturas sociais debilitadas colapsarem. (1º parágrafo)
- (B) Viver e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, sem dúvidas, um desafio. **E** não faltam sinais de que o Brasil resiste a enfrentar a “verdade das coisas”. (2º parágrafo)
- (C) ... seriam necessários mais 29 mil geriatras **para** dar suporte à atual população idosa conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS)... (2º parágrafo)
- (D) Considerando o fato de **que** os filhos são os principais agressores, ao menos a metade deles, é razoável afirmar que o número real de vítimas é muito maior. (3º parágrafo)
- (E) Não está velado, **porém**, que a maioria das vítimas é mulher e que os crimes envolvem de negligência a violência psicológica, passando por abusos físicos e financeiros. (4º parágrafo)

Leia o texto a seguir para responder às questões de 07 a 10:

Uma viagem de saudades

Ela saíra aos dezessete anos, trinta anos atrás. Deixou noivo e uma promessa de emigrarem juntos para a América logo que voltasse da viagem que duraria três meses. Ia conhecer o pai, que, por causa de uma hipótese de traição, tinha jurado nunca mais voltar à ilha Brava.

Dos três meses iniciais a ausência durou trinta anos e três dias. Voltava agora. Intacta. Para casar com o primeiro namorado, moço bonito, branco e de cabelo fino; tão fino como qualquer francês. Voltava e nunca mais, em nome de coisa nenhuma, se separariam.

Contou-me todos os sonhos da sua juventude, os segredos, os jogos partilhados com o noivo, as esperanças e as certezas.

Era a primeira vez, naqueles anos todos, que falava do assunto e abria o coração, porque dantes não valia a pena.

Mas agora que estava tão perto da ilha Brava, só lhe apetecia falar dele, dele e mais dele e da certeza de se casarem que sempre guardou.

Disse-me o nome do homem e teve que o repetir umas duas vezes para eu o ligar à pessoa que conhecia, atarracado pelos anos e pelas gorduras, careca, avermelhado pelo grogue*.

Não disse nada à rapariga de dezessete anos, que estava à minha frente trinta anos depois.

Ela casara em França, foi feliz, foi infeliz, viveu e morreu como todos nós nesses anos todos; mas era como se o tempo lhe tivesse poupado o coração; como se a esperança não tivesse sofrido um lanho* que fosse, enquanto estivera ausente.

Podia ter-lhe dito que voltasse para a França, para junto da filha e dos netos e que esquecesse os antigos amores que só devem existir na lembrança guardada, mas fiquei calado e nem pude sorrir para ela e desejar-lhe sorte quando se levantou do caixote para embarcar no Forna a caminho da sua ilha e do seu homem.

Nunca mais a vi. Nem gostaria de a ter visto. Para que saber de anseios sem resposta.

(Dina Salústio. *Mornas eram as noites*. Adaptado)

***Grogue**: aguardente.

****Lanho**: ferimento.

07. Ao relatar a conversa com a moça, o narrador deixa claro que ela

- (A) voltava à ilha Brava com o mesmo coração de jovem apaixonada de 30 anos atrás, a despeito de todas as felicidades e infelicidades que veio a viver durante esse tempo.
- (B) continuava apaixonada pelo namorado de 30 anos atrás, mas, embora quisesse muito revê-lo, havia algo em seu coração que a tornava temerosa pelo que encontraria.
- (C) ignorou tudo o que ele disse em relação ao noivo deixado na ilha Brava 30 anos atrás, porque ela acreditava que este a esperava com o mesmo sentimento de então.
- (D) contou toda a sua história de amor com a esperança de que ele revelasse a condição atual do noivo deixado na ilha 30 anos atrás, o qual ela queria saudável e bonito.
- (E) tinha consciência de que o noivo de 30 anos atrás deveria estar muito mudado e, por isso, depois de vê-lo, voltaria imediatamente para junto da filha e dos netos.

08. Em relação à passagem “Voltava agora. Intacta. Para casar com o primeiro namorado, moço bonito, branco e de cabelo fino; tão fino como qualquer francês.” (2º parágrafo), é correto afirmar que

- (A) o advérbio “agora” se refere ao momento em que o narrador está contando a história.
- (B) o adjetivo “Intacta” se refere ao substantivo “ausência”, com sentido de inabalada.
- (C) a expressão “o primeiro namorado” se refere ao marido que a personagem teve em França.
- (D) a expressão “moço bonito, branco e de cabelo fino” tem função explicativa na frase.
- (E) os adjetivos em “cabelo fino; tão fino” expressam o mesmo sentido nas duas ocorrências.

09. A reescrita de informações do texto atende à norma-padrão de regência em:

- (A) Ia conhecer o pai, que, devido uma hipótese de traição, tinha jurado nunca mais retornar na ilha Brava.
- (B) Era a primeira vez, naqueles anos todos, que fazia referência o assunto a que tanto ansiava o seu coração.
- (C) Agora que estava indo na ilha Brava, só lhe apetecia falar dele, dele, com a certeza que se casariam.
- (D) Podia ter-lhe dito que regressasse à França, e ficasse só com as lembranças de amor que tivesse do passado.
- (E) Repetiu umas duas vezes ao nome do homem, e eu fiz associação sob ele para lembrar da pessoa conhecida.

10. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal e de emprego do acento indicativo da crase.

- (A) Dirigindo-se à ilha Brava, só lhe apetecia falar dele, dele e mais dele, e não havia dúvida de que se casariam.
- (B) Poderia-lhe ter dito que voltasse para a França, mas fiquei calado e nem pude sorrir à ela naquele momento.
- (C) Ela chegou à me dizer que tinha casado-se em França, foi feliz, foi infeliz, viveu e morreu como todos nós.
- (D) Se ausentou ela por trinta anos e três dias. Chegaria à ilha Brava em breve para casar-se com o primeiro namorado.
- (E) Eu me encontrei com a mulher quando ela estava de volta à seu noivo deixado lá na ilha Brava há 30 anos.

11. Amanda e Bruna fizeram um bolo cada uma, tendo os dois bolos o mesmo peso. Parte dos dois bolos foi comida por quatro pessoas, sendo que duas comeram do bolo feito por Amanda e outras duas comeram do bolo feito por Bruna. Em se tratando do peso de cada bolo, uma pessoa comeu exatamente duas quintas partes do bolo feito por Amanda, e outra pessoa comeu uma quarta parte do que havia restado desse bolo. Do bolo de Bruna, uma pessoa comeu três sétimos, e outra pessoa comeu uma terça parte do que havia restado dele.

A diferença entre as sobras dos bolos de Amanda e de Bruna é igual a

- (A) $19/420$.
- (B) $23/420$.
- (C) $29/420$.
- (D) $31/420$.
- (E) $35/420$.

12. Em um vagão de trem, viajavam 96 passageiros, sendo a razão entre o número de mulheres e o número de homens igual a $5/7$. Após a parada em uma estação, o número de mulheres que embarcaram nesse vagão foi o dobro do número de homens que embarcaram, e nenhum dos passageiros que já estavam no trem desembarcou, fazendo com que a razão entre o número de mulheres e o número de homens passasse a $4/5$.

Depois da referida parada, o número total de passageiros nesse vagão passou a ser de

- (A) 99 pessoas.
- (B) 102 pessoas.
- (C) 103 pessoas.
- (D) 106 pessoas.
- (E) 108 pessoas.

13. O preço inicial de venda de um produto sofreu duas reduções sucessivas, sendo a primeira de 12% e a segunda de 10% sobre o preço de venda após a primeira redução.

Sabendo que, depois da segunda redução, o preço de venda do produto passou a ser R\$ 1.465,20, é correto afirmar que a diferença, em reais, entre os valores das duas reduções foi de

- (A) R\$ 57,40.
- (B) R\$ 59,20.
- (C) R\$ 61,30.
- (D) R\$ 64,50.
- (E) R\$ 65,90.

14. Uma piscina com determinada capacidade, inicialmente vazia, pode ser enchida por 5 torneiras, de mesma vazão, abertas simultaneamente por 20 horas.

O tempo gasto a menos para encher essa mesma piscina, inicialmente vazia, utilizando-se, simultaneamente, 8 torneiras iguais às identificadas, mas todas com vazão 20% maior, é igual a

- (A) 5 horas e 25 minutos.
- (B) 7 horas e 15 minutos.
- (C) 8 horas e 40 minutos.
- (D) 9 horas e 35 minutos.
- (E) 10 horas e 25 minutos.

15. Uma sala tem a forma de um hexágono regular cujo lado mede $4\sqrt{3}$ m. O decorador quer colocar um tapete circular centralizado nessa sala. Assim, a menor distância entre o ponto médio de cada parede da sala e a borda do tapete deverá ser igual à medida do raio deste.

Nessas condições, a área desse tapete deverá ser de

Adote: $\pi = 3,14$

- (A) 56,52 m².
- (B) 42,84 m².
- (C) 30,66 m².
- (D) 28,26 m².
- (E) 26,38 m².

LEGISLAÇÃO

16. Considere que Maria de Lourdes é médica cardiologista e recentemente organizou uma equipe de profissionais da saúde para prestar informações à população sobre o impacto dos alimentos ultraprocessados no desenvolvimento de doenças cardiovasculares em crianças e adolescentes. Visando disseminar as informações pelo prazo de 60 (sessenta) dias, pensou em pedir autorização para utilizar a estrutura física de um quiosque municipal localizado na Praça Zumbi, no município de Praia Grande.

Com base nas informações hipotéticas apresentadas e no disposto na Lei Orgânica do município de Praia Grande, assinale a alternativa correta.

- (A) A autorização de uso de bem público foi extinta da legislação municipal, devendo Maria de Lourdes requerer uma permissão.
- (B) Maria de Lourdes não precisa solicitar autorização se o quiosque estiver vago, considerando o interesse público na atividade que ela deseja desempenhar.
- (C) Considerando que Maria de Lourdes deseja utilizar o quiosque por 60 (sessenta) dias, ela deverá solicitar a concessão administrativa de uso especial.
- (D) Diante da natureza da atividade que Maria de Lourdes deseja desenvolver, ela não precisa pedir autorização se o uso do bem se limitar a 180 (cento e oitenta) dias por ano.
- (E) Maria de Lourdes poderá obter a autorização, que será feita por portaria e que poderá incidir sobre qualquer bem público.

17. Imagine que a imprensa divulgou a criação iminente do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Geográfico, Arqueológico, Artístico e Turístico de Praia Grande. Ao saber da novidade, os amigos Isabela, Débora, Caio e Laura resolveram procurar mais informações sobre como se dará o processo de escolha dos membros desse conselho.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei Orgânica do município de Praia Grande, é correto afirmar:

- (A) a eleição para membro do conselho ocorrerá no primeiro domingo do mês de outubro e, se eles forem eleitos, terão direito a um salário mínimo por mês.
- (B) os cinco membros do conselho serão nomeados anualmente pelo Poder Público Municipal e o conselho enviará à Câmara Municipal relatório semestral das atividades desenvolvidas.
- (C) os quatro amigos não poderão compor o conselho, pois veda-se que pessoas conhecidas sejam simultaneamente nomeadas pelo secretário de cultura.
- (D) para serem nomeados como membros do conselho, eles devem ter notórios conhecimentos em História, Geografia, Artes ou Turismo e ter, pelo menos, Ensino Superior.
- (E) a cada dois anos, será realizada uma eleição, sempre no último domingo de outubro, e os eleitos receberão mensalmente um auxílio de R\$ 1.000,00 (mil reais).

18. Suponha que Maurício é servidor público do município de Praia Grande e, na última segunda-feira, ele foi preso em flagrante pela prática do crime de homicídio que vitimou seu vizinho.

De acordo com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Praia Grande (Lei Complementar nº 15/1992), é correto afirmar que Maurício

- (A) será considerado afastado do exercício do cargo, até a prolação da sentença.
- (B) poderá ser afastado do cargo por 180 (cento e oitenta) dias se a prisão em flagrante for convertida em preventiva.
- (C) será considerado afastado do exercício do cargo e, durante o afastamento, perderá um terço do vencimento ou remuneração, tendo direito à diferença se for, no final, absolvido.
- (D) deverá ser afastado do cargo por 30 (trinta) dias e perderá metade do seu salário, tendo direito à diferença se a sentença o declarar inocente.
- (E) perderá automaticamente o cargo público, tendo em vista a natureza do crime cometido.

19. Considere que Leila e Marcos, casados, são pais de Nicolas, de 13 (treze) anos, e ambos são servidores públicos do município de Praia Grande.

De acordo com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Praia Grande (Lei Complementar nº 15/1992), é correto afirmar:

- (A) como Nicolas já é adolescente, Leila e Marcos não devem mais receber o salário-família.
- (B) tanto Leila quanto Marcos devem receber o salário-família até Nicolas completar 18 (dezoito) anos.
- (C) recentemente, o benefício do salário-família foi excluído da legislação municipal.
- (D) Leila ou Marcos receberão salário-família, calculado no valor de 3% (três por cento) da referência I inicial.
- (E) o pagamento do salário-família será feito a partir do ano seguinte em que for requerido, em virtude da necessidade de previsão orçamentária.

20. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande (Resolução nº 01/1991), redigir e transcrever as atas das sessões secretas compete ao

- (A) presidente da Câmara Municipal.
- (B) primeiro secretário.
- (C) segundo secretário.
- (D) líder da maioria.
- (E) presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21.** A respeito das modalidades de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.
- (A) Apenas o pregão é modalidade válida para aquisição de bens e serviços comuns.
 - (B) A concorrência e o leilão são modalidades exclusivas para obras públicas.
 - (C) O diálogo competitivo é modalidade utilizada exclusivamente para aquisição de bens disponíveis no mercado.
 - (D) O concurso é modalidade voltada à seleção de trabalho técnico, científico ou artístico.
 - (E) A tomada de preços é uma das modalidades ainda vigentes segundo a nova lei.
- 22.** De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe
- (A) exclusivamente o equilíbrio nominal das contas públicas.
 - (B) controle da dívida consolidada, de forma exclusiva.
 - (C) ação planejada e transparente, voltada à prevenção de riscos e correção de desvios.
 - (D) redução obrigatória da carga tributária em períodos eleitorais.
 - (E) desvinculação entre planejamento e execução orçamentária.
- 23.** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a administração pública pode deixar de realizar licitação nas situações em que
- (A) não há interessados em certame anterior, ainda que mantidas todas as condições da proposta original.
 - (B) haja risco institucional envolvido, mesmo sem previsão legal específica.
 - (C) a contratação se encaixe em hipóteses legais, como casos de emergência ou de valor reduzido.
 - (D) o gestor demonstre que a licitação seria inviável em razão do tempo disponível para contratar.
 - (E) a contratação envolva entidades do terceiro setor, consideradas de utilidade pública.
- 24.** O Sistema de Registro de Preços, previsto na Lei nº 14.133/2021, é caracterizado por
- (A) exigir licitação prévia e possibilitar contratações futuras conforme necessidade.
 - (B) permitir contratações sem a realização de processo licitatório anterior.
 - (C) ser obrigatório para toda aquisição de bens de consumo duráveis.
 - (D) desobrigar a estimativa de quantidades no planejamento de compras.
 - (E) limitar-se às contratações emergenciais, de forma única e exclusiva.
- 25.** Sobre a contabilidade pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Os bens de uso comum, como praças, não devem ser evidenciados no patrimônio.
 - (B) Somente os atos administrativos com impacto financeiro devem ser registrados.
 - (C) Variações patrimoniais devem ser registradas mesmo sem movimentação financeira.
 - (D) O setor público adota exclusivamente o regime de caixa para registro de despesas.
 - (E) Os custos de mercadorias devem ser tratados como despesas no momento do empenho.
- 26.** Em relação às práticas de execução de compras públicas, é adequado que o agente de contratação
- (A) fragmente o objeto da compra para facilitar o processo licitatório.
 - (B) baseie-se no planejamento e na expectativa de consumo anual além de outras condições.
 - (C) opte por fornecedores locais sempre que o preço não for muito diferente.
 - (D) priorize decisões de caráter político no processo de compras públicas.
 - (E) desconsidere o planejamento anual de contratações se houver urgência.
- 27.** Entre os princípios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, destaca-se
- (A) a exclusão do planejamento plurianual da responsabilidade fiscal.
 - (B) a flexibilidade para aumento de despesas sem estimativas de impacto.
 - (C) a transparência da gestão fiscal e o controle das contas públicas.
 - (D) a liberdade para exceder limites orçamentários no último ano de mandato.
 - (E) a prioridade para programas de governo em detrimento das metas fiscais.

28. A administração pública dispõe de diferentes modalidades de licitação, cada uma adequada ao objeto e à complexidade da contratação. No caso do pregão, previsto na Lei nº 14.133/2021, sua aplicação e procedimentos possuem características específicas.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Tem por objetivo a contratação de bens e serviços de natureza complexa, com julgamento por melhor técnica.
- (B) Admite disputa por propostas sucessivas e permite negociação direta com o proponente mais bem classificado.
- (C) Destina-se à alienação de bens móveis que não atendam mais ao interesse público.
- (D) É aplicável quando há apenas um fornecedor viável no mercado para atender à demanda pública.
- (E) Permite o encerramento do processo antes da fase de propostas, desde que haja justificativa administrativa.

29. A administração pública adquire frequentemente mercadorias para revenda ou distribuição gratuita em programas sociais, educacionais ou de saúde. Nesse contexto, a correta apropriação contábil dos custos dessas mercadorias é essencial para garantir a transparência dos atos administrativos e a fidedignidade das demonstrações contábeis do ente público.

Considerando os princípios da contabilidade pública e as normas vigentes sobre a escrituração patrimonial, assinale a alternativa correta quanto ao tratamento contábil das mercadorias adquiridas para revenda ou distribuição.

- (A) O valor das mercadorias deve ser reconhecido como ativo, pelo custo de aquisição, até sua baixa por consumo ou doação.
- (B) A aquisição de mercadorias deve ser registrada como receita patrimonial, por representar um acréscimo de ativo.
- (C) Os custos dessas mercadorias são integralmente reconhecidos como despesa patrimonial no momento do empenho, ainda que não haja entrega ou consumo do bem.
- (D) O registro contábil deve ocorrer apenas quando as mercadorias forem efetivamente distribuídas ao público-alvo.
- (E) Mercadorias destinadas a programas sociais são classificadas como bens inservíveis, dispensando registro patrimonial.

30. As constituições inorgânicas também podem ser denominadas de

- (A) escritas ou codificadas.
- (B) cesaristas ou outorgadas.
- (C) democráticas ou dogmáticas.
- (D) não codificadas ou legais.
- (E) semirrígidas ou semiflexíveis.

31. A respeito da interpretação das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da unidade da constituição impõe que o intérprete não deve analisar as normas isoladamente, mas em conjunto com as demais que compõem o sistema constitucional, o que não impede o estabelecimento de uma hierarquia normativa entre os dispositivos da constituição.
- (B) O princípio da máxima efetividade, também denominado de correção funcional ou justeza, atua como um pedido ao intérprete para que não haja enfraquecimento da normatividade constitucional.
- (C) O método hermenêutico-concretizador foi desenvolvido por Konrad Hesse e parte do pressuposto de que a interpretação e aplicação da norma constitucional consistem em um processo unitário, havendo primazia da norma sobre o problema.
- (D) No método tópico-problemático, idealizado por Friedrich Müller, há uma diferenciação entre norma e texto normativo, partindo-se da prévia compreensão do problema antes de se dirigir à norma ou ao sistema.
- (E) O princípio do efeito integrador se confunde com o princípio da concordância prática e impõe que o intérprete da constituição atue dentro de seus limites funcionais, proibindo-se decisões aptas a subverter o sistema constitucionalmente estabelecido.

32. Suponha que no Município ABC foi sancionada a Lei nº 1.234/2025 que alterou o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, estabelecendo que o comércio funcionará das 10:00 às 19:00 horas, e a Lei nº 5.678/2025 que instituiu o feriado municipal do Dia da Consciência Negra.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) as duas leis violam a Constituição Federal, pois a autonomia municipal é restrita à autoadministração e ao autogoverno.
- (B) apenas a Lei nº 1.234/2025 infringe a Constituição Federal, pois o Município ABC não tem competência para se auto-organizar.
- (C) apenas a Lei nº 5.678/2025 viola a Constituição Federal, pois o Município ABC não tem competência para suplementar a legislação estadual.
- (D) as duas leis violam a Constituição Federal, já que aos municípios não compete suplementar a legislação federal.
- (E) ambas as leis estão em consonância com o disposto na Constituição Federal, pois compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

33. Imagine que Bertoldo foi condenado pelo Tribunal do Júri pela prática de crime doloso contra a vida a 20 anos de pena privativa de liberdade e à pena de trabalhos forçados. Logo em seguida, ele foi preso para iniciar o cumprimento da pena. Doze anos após a prisão de Bertoldo, Lúcio se apresentou à autoridade policial responsável afirmando que foi ele quem cometeu o crime pelo qual Bertoldo foi condenado e que tudo não passou de um erro de identificação, já que eles são muito parecidos. Em sede de revisão criminal, foi confirmada a versão apresentada por Lúcio, e Bertoldo foi declarado inocente.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado indenizará Bertoldo pelo erro judiciário.
- (B) Lúcio é o único responsável por indenizar Bertoldo pelo erro judiciário.
- (C) Houve erro no procedimento judicial, pois o júri é restrito aos crimes culposos contra a vida.
- (D) Não é mais assegurada a soberania dos veredictos em sede do tribunal do júri, devendo Bertoldo deixar a prisão imediatamente.
- (E) Como em sede do tribunal do júri é assegurada a plenitude de defesa, apenas neste procedimento admite-se a condenação em pena de trabalhos forçados, não havendo erro no julgamento neste ponto.

34. Considere que Rômulo é brasileiro nato e mudou-se para Toronto, no Canadá, para trabalhar. Mesmo estando legalmente no Canadá, podendo exercer todos os direitos civis com o visto que lhe foi concedido, ele, por naturalização voluntária, adquiriu a nacionalidade canadense.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) uma vez adquirida a nacionalidade canadense, automaticamente Rômulo perderá a nacionalidade brasileira.
- (B) Rômulo tem até trinta dias para escolher com qual nacionalidade ele deseja permanecer, pois é vedado atualmente ter dupla nacionalidade.
- (C) Rômulo apenas não perderá a nacionalidade brasileira porque ele é brasileiro nato.
- (D) se Rômulo renunciar a nacionalidade brasileira, ele estará proibido de readquirir sua nacionalidade brasileira originária.
- (E) Rômulo poderá manter a nacionalidade brasileira originária, em face da alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 131/2023.

35. O setor de contratações da Câmara Municipal de X está elaborando termo de referência para a contratação de serviço de locação de veículos, a serem utilizados por servidores e representantes do Poder Legislativo em deslocamentos relacionados ao exercício de suas funções institucionais. Com o objetivo de mitigar os riscos de inexecução contratual, o edital de licitação prevê a exigência de que os licitantes não estejam em recuperação judicial e apresentem certidão negativa de protestos. Com base na situação hipotética e nas Súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é correto afirmar que a(s) exigência(s)

- (A) de certidão negativa de protesto é inválida.
- (B) de que os licitantes não possam estar em recuperação judicial é válida, pois a empresa já demonstra estar com dificuldade de honrar os seus compromissos.
- (C) de certidão negativa de protestos só será válida se estiver aliada a outros elementos que comprovem a dificuldade financeira do licitante.
- (D) de que o licitante não esteja em recuperação judicial é inválida, pois empresas nessas condições e em processo falimentar podem participar de licitações, desde que autorizadas pelo juízo de falências.
- (E) são válidas, mas podem ser relativizadas caso seja exigido do licitante garantia para a participação da licitação e capital social mínimo integralizado.

- 36.** Considere que Joana, servidora vinculada ao setor de compras governamentais do Município X, recebeu vantagem econômica indireta para emitir declaração falsa acerca de documento técnico apresentado por empresa contratada pela Administração, atestando que o produto fornecido possuía qualidade técnica superior à que, de fato, apresentava. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que
- (A) a sua ação será punível caso a tenha praticado com dolo ou culpa.
 - (B) a conduta se enquadra como ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito e a sujeita, dentre outras, a pena de suspensão dos direitos políticos por até quatorze anos.
 - (C) não constitui improbidade administrativa, por ser necessário que o agente público receba vantagem direta pelo fornecimento da declaração técnica falsa.
 - (D) a conduta se enquadra como ato de improbidade administrativa por atentar contra os princípios da Administração Pública, sujeitando Joana à pena de multa civil pelo valor equivalente ao de sua remuneração.
 - (E) a conduta não constituirá improbidade administrativa caso Joana exerça cargo em comissão ou função de confiança, pois a lei é destinada a reprimir condutas ilícitas praticadas por servidores públicos estatutários.
- 37.** A respeito do regime constitucional dos agentes públicos, com base na Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) os cargos em comissão e as funções de confiança devem ser desempenhadas preferencialmente por servidores públicos estáveis.
 - (B) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve, que só pode ser limitado nas condições e limites definidos em lei complementar.
 - (C) os servidores públicos integrantes de carreiras deverão ser remunerados por subsídio.
 - (D) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
 - (E) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público poderão ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- 38.** A respeito dos contratos administrativos, é correto afirmar que
- (A) não estão sujeitos a princípios e regras do Código Civil.
 - (B) não são necessariamente assimétricos e não precisam, necessariamente, conceder prerrogativas especiais à Administração Pública.
 - (C) a Administração Pública não pode inovar com o uso de contratos, pois a lei precisa definir, previamente, o que pode ser contratado pelo Estado.
 - (D) o seu equilíbrio econômico-financeiro é definido por lei, e as partes, em regra, não podem fazer uma distribuição dos riscos contratuais.
 - (E) não pode ser alterado qualitativamente, pois a nova lei geral de licitações considera que esse tipo de conduta viola o princípio constitucional da licitação.
- 39.** A área de contratações da Câmara Municipal do Município X instaurou processo administrativo para viabilizar a contratação de cadeiras, que serão utilizadas no Plenário da Casa. Como há alguns parlamentares com comorbidades ortopédicas e para assegurar que os produtos terão alta qualidade e durabilidade, o setor compras entende que as cadeiras precisam possuir características técnicas específicas. Com base na situação hipotética e na teoria do ato administrativo, é correto afirmar que a exposição das razões que justificam a escolha corresponde
- (A) à motivação do ato.
 - (B) à forma do ato.
 - (C) ao objeto do ato.
 - (D) ao motivo do ato.
 - (E) à finalidade do ato.
- 40.** A respeito do processo administrativo, assinale a alternativa correta.
- (A) A competência para legislar sobre processo administrativo é privativa da União.
 - (B) Nos processos administrativos que podem resultar na aplicação de sanções deve ser garantida, aos acusados, a assistência técnica por advogado, sob pena de nulidade.
 - (C) O princípio da oficialidade significa que a Administração pode instaurar e impulsionar, de ofício, o processo administrativo até a decisão final, independentemente de provocação de qualquer interessado.
 - (D) O recurso hierárquico próprio é a impugnação dirigida à autoridade hierarquicamente superior àquela que proferiu a decisão recorrida e o seu cabimento precisa estar expressamente previsto em lei.
 - (E) Os processos administrativos podem resultar na formação de coisa julgada para a Administração e para o particular, se assim for previsto em lei.

41. Com base nas Súmulas do TCE/SP, é correto afirmar que
- (A) o preço final do produto ofertado pelos proponentes não precisa incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante.
 - (B) o tabelamento de um produto dispensa a administração pública de adquiri-lo mediante o competente certame licitatório.
 - (C) não depende de licitação a aquisição de combustíveis e derivados de petróleo pelos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal, direta e indireta.
 - (D) em procedimento licitatório, é vedada a exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa.
 - (E) em procedimento licitatório, é autorizada a exigência de comprovação de quitação de anuidade junto a entidades de classe como condição de participação.
42. A respeito do princípio constitucional da eficiência, é correto afirmar que
- (A) está relacionado à necessidade de o agente público ser mais célere no atendimento das finalidades públicas, autorizando-o a violar a lei, quando necessário.
 - (B) tem como consequência impor que, na interpretação e aplicação do direito, as consequências jurídicas e administrativas da ação estatal sejam levadas em consideração.
 - (C) insere o Estado dentro de uma lógica de mercado, impondo que a ação administrativa a ser escolhida seja necessariamente a que gere um menor custo financeiro.
 - (D) elimina a necessidade de atividades burocráticas e do registro de informações tidas, pelo agente público, como dispensáveis para a realização de sua atividade.
 - (E) está implícito na Constituição Federal, sendo uma consequência natural do princípio da supremacia do interesse público.
43. No contexto da administração pública, a correta gestão dos registros de estoque e bens patrimoniais é fundamental para assegurar a eficiência logística e a transparência na utilização dos recursos públicos. Considerando esse cenário, assinale a alternativa correta sobre o controle e registro de bens e materiais no setor público.
- (A) O controle de materiais de consumo e bens permanentes deve ser realizado exclusivamente pelos setores contábeis, não sendo responsabilidade da área de logística.
 - (B) Materiais de consumo devem ser registrados no sistema patrimonial da entidade pública com depreciação anual obrigatória.
 - (C) A baixa de bens patrimoniais só pode ocorrer mediante autorização judicial, independentemente de seu valor ou estado de conservação.
 - (D) A correta segregação entre materiais de consumo e bens permanentes contribui para um controle mais eficiente dos estoques e facilita o planejamento das aquisições públicas.
 - (E) O registro de entrada de materiais nos estoques públicos deve ser feito apenas ao final de cada exercício financeiro, consolidando os dados anualmente.
44. Os normativos como o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (MCASP) e as diretrizes de logística pública estabelecem princípios importantes para a gestão eficiente dos recursos públicos. Com base nesses normativos, assinale a alternativa correta.
- (A) O MCASP trata exclusivamente de normas contábeis e, por isso, não se aplica à gestão logística de materiais e bens no setor público.
 - (B) A gestão de estoques no setor público é dispensada quando os itens são adquiridos por meio de contratos de prestação de serviços contínuos.
 - (C) O MCASP orienta que bens permanentes sejam registrados no sistema patrimonial, sendo vedada sua depreciação por se tratar de patrimônio público.
 - (D) As diretrizes de logística pública preveem que a gestão de materiais deve estar alinhada com princípios de economicidade, eficiência e sustentabilidade.
 - (E) A classificação de materiais como de consumo ou permanentes deve seguir critérios subjetivos definidos por cada unidade gestora, sem padronização normativa.

45. No contexto da logística pública, é fundamental que os registros de estoque estejam devidamente atualizados e alinhados com as normas vigentes. Nesse sentido, assinale a alternativa correta quanto às responsabilidades e procedimentos relacionados aos registros de estoque no setor público.
- (A) O agente de contratação é responsável exclusivo pela guarda física dos materiais em estoque, devendo manter os almoxarifados organizados e seguros.
 - (B) Os registros de estoque devem ser feitos apenas no encerramento do exercício financeiro, para fins de prestação de contas ao Tribunal de Contas.
 - (C) É vedado ao agente de contratação solicitar relatórios de controle de estoque, pois essa função é restrita à área contábil do órgão.
 - (D) Os materiais em estoque devem ser registrados em sistema próprio, de forma contínua, permitindo o controle quantitativo e qualitativo dos itens armazenados.
 - (E) O registro de estoque de bens permanentes deve ser dispensado, uma vez que esses itens são contabilizados diretamente como ativos imobilizados.
46. No âmbito da logística pública, o registro e o controle de bens patrimoniais são essenciais para assegurar a transparência e o uso racional dos recursos públicos. Considerando a atuação do agente de contratação, assinale a alternativa correta sobre o registro de bens patrimoniais e os modelos e formulários utilizados para seu controle.
- (A) Cabe ao agente de contratação realizar o inventário físico dos bens patrimoniais, utilizando-se de formulário próprio do almoxarifado.
 - (B) A formalização de registro patrimonial é dispensável quando o bem é doado ao órgão público, desde que haja termo de recebimento.
 - (C) Os bens permanentes adquiridos devem ser registrados em sistema patrimonial específico, e o agente de contratação pode considerar esse requisito no planejamento da contratação.
 - (D) O modelo de termo de responsabilidade por bens patrimoniais é elaborado exclusivamente pela contabilidade e não precisa ser assinado pelo servidor responsável.
 - (E) O registro patrimonial de bens móveis deve ocorrer somente após a sua completa depreciação, conforme previsão do MCASP.
47. No processo de contratação de bens no setor público, a correta codificação e classificação de materiais é essencial para garantir padronização, controle e eficiência na logística. Com base nas boas práticas e normativos da administração pública, assinale a alternativa correta quanto ao papel do agente de contratação nesse contexto.
- (A) O agente de contratação deve desconsiderar a codificação de materiais na fase de planejamento, pois esse procedimento é exclusivo do setor de patrimônio.
 - (B) A classificação de materiais como permanentes ou de consumo pode ser feita com base apenas no valor do item a ser adquirido.
 - (C) O uso de códigos internos personalizados por cada unidade gestora é preferível aos códigos padronizados, pois proporciona maior flexibilidade.
 - (D) A codificação de materiais é relevante apenas para itens permanentes, sendo dispensável para materiais de consumo.
 - (E) O agente de contratação deve consultar sistemas oficiais, como o CATMAT, para utilizar a codificação e descrição padronizada dos materiais durante o planejamento da contratação.
48. No contexto da logística no setor público, guarda, conservação e estocagem adequada dos materiais são essenciais para garantir o uso eficiente dos recursos públicos. Com base nas boas práticas e nos normativos aplicáveis, assinale a alternativa correta quanto ao papel do agente de contratação relacionado a esse tema.
- (A) O agente de contratação deve elaborar os procedimentos de guarda e estocagem de materiais após a conclusão do processo licitatório.
 - (B) A definição das condições de conservação e segurança dos materiais deve ocorrer exclusivamente durante a fase de recebimento dos itens pelo almoxarifado.
 - (C) Cabe ao agente de contratação prever, na fase de planejamento, as condições ideais de estocagem, conservação e segurança dos materiais a serem adquiridos.
 - (D) A responsabilidade pela conservação dos materiais é exclusiva do fornecedor até o final da vida útil do produto, conforme previsto em contrato.
 - (E) O agente de contratação não deve interferir nas questões logísticas de armazenamento, pois isso é atribuição exclusiva do setor de patrimônio.

49. No contexto da logística no setor público, o controle de estoque e a previsão de consumo são fundamentais para a gestão eficiente dos recursos materiais. Assinale a alternativa correta sobre o papel do agente de contratação no que se refere ao controle de estoque e à previsão de consumo de materiais.

- (A) O agente de contratação deve realizar a previsão de consumo apenas após a aquisição dos materiais, com base no uso real dos itens durante o ano.
- (B) A previsão de consumo deve ser feita com base em dados históricos, levando em consideração o uso estimado e a necessidade de reposição de estoques ao longo do exercício.
- (C) O agente de contratação não deve se preocupar com a previsão de consumo, pois essa responsabilidade é exclusiva do setor de almoxarifado.
- (D) O controle de estoque no setor público deve ser feito sem a utilização de tecnologias, sendo suficiente o uso de planilhas manuais.
- (E) A previsão de consumo pode ser realizada de forma imprecisa, sem considerar o histórico de uso dos materiais, desde que a demanda seja estimada com base em suposições.

50. No contexto da logística no setor público, especialmente sob a responsabilidade do agente de contratação pública, o controle e o registro de bens patrimoniais exigem o uso de modelos e formulários padronizados. No entanto, a negligência ou manipulação dolosa desses controles pode configurar crime penal. Com base na legislação brasileira, assinale a alternativa que corresponde a um crime previsto no Código Penal relacionado à omissão ou falsificação de informações no controle patrimonial público.

- (A) Falta de controle patrimonial é apenas uma infração administrativa, não caracterizando crime penal.
- (B) A omissão na entrega do termo de responsabilidade por bem público caracteriza crime de desobediência.
- (C) Inserir declaração falsa em termo de responsabilidade de bem patrimonial pode configurar o crime de falsidade ideológica.
- (D) Utilizar formulário patrimonial fora do padrão estabelecido é considerado crime contra a administração da justiça.
- (E) Extravio de bem público sem dolo não possui implicações legais para o agente responsável.

